

A ESCRITA DE MARQUES REBELO NAS PÁGINAS DA *CULTURA POLÍTICA*: REVISTA MENSAL DE ESTUDOS BRASILEIROS

PATRICIA APARECIDA GONÇALVES DE FARIA*

RESUMO: Marques Rebelo (1907-1973) colaborou como cronista durante os anos de 1941 a 1943, com *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros (1941-1944), principal publicação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), controlado pelo Estado Novo. Assim, considerando o percurso intelectual e literário do autor, este trabalho pretende, a partir de teóricos como Antelo (1984), Andrade (1941), Salla (2010), Velloso (1982), entre outros, levantar as características da revista e as estratégias de escrita de Marques Rebelo para manter-se como colaborador do periódico.

PALAVRAS-CHAVE: Marques Rebelo; *Cultura Política*; crônicas.

THE WRITTEN OF MARQUES REBELO IN THE PAGES OF POLITICAL CULTURE: MONTHLY MAGAZINE OF BRAZILIAN STUDIES

ABSTRACT: Marques Rebelo (1907- 1973) collaborated from the years of 1941 to 1943 in *Cultura Política*: - monthly magazine of Brazilian studies - (1941-1944), the main publication of the Press and Advertising Department (PAD), controlled by the Estado Novo. Thus, considering the intellectual and literary path of the writer, this research aims, from theorists as Antelo (1984), Andrade (1941), Salla (2010), Velloso (1982), among others, from at studying the characteristics of the magazine and the strategies of the writing used by Marques Rebelo to write a magazine.

KEYWORDS: Marques Rebelo; *Cultura Política*; chronicles.

* Doutora em Letras, na área de Teoria e Estudos Literários pela UNESP. Atua principalmente nos seguintes temas: literatura brasileira, literatura italiana, literatura comparada, século XX. E-mail: patricia_faria09@yahoo.com.br

CULTURA POLÍTICA: REVISTA MENSAL DE ESTUDOS BRASILEIROS

No Brasil, vigorou, de 1930 até 1945, um regime autoritário que passou por dois períodos decisivos. O primeiro marcado pela Revolução de 1930, movimento comandado por aqueles que acreditavam que as mudanças só poderiam acontecer com a destituição dos governadores da Primeira República (1889-1930). O segundo, aconteceu a partir do fortalecimento de um estado centralizador que foi responsável pelo golpe de 10 de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo.

A partir de então a cultura e a propaganda tornaram-se atividades estatais e passaram a ser utilizadas como meio educativo de doutrinação da opinião pública, principalmente no quesito relacionado à aceitação do regime, juntamente com a figura de Getúlio Vargas: “A palavra de ordem naquele momento era mobilizar a população e conquistar adesões aos projetos governamentais, e para tanto procurou-se construir uma imagem específica do regime e de seus representantes” (LACERDA, 2000, p. 104-105).

Amparado por esta perspectiva é que o Estado Novo conseguiu manter uma política de comunicação organizada e eficaz. Em outras palavras, financiava a sua própria propaganda e colocava em circulação mensagens e relatos favoráveis ao governo nos mais variados meios de comunicação, como o rádio, os jornais, as revistas, o cinema etc; como fizeram os outros governos autoritários e populistas que também utilizaram da estratégia da propaganda para se afirmarem perante todos como um governo forte.

Nesse contexto, o governo contou com o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), cuja criação decorreu de um longo processo que teve início em 1931, com o surgimento do Departamento Oficial de Publicidade (DOP), substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), cuja direção pertencia a Lourival Fontes. Após o golpe de novembro de 1937, o órgão mudou-se para o Palácio Tiradentes, a ex-sede da Câmara dos Deputados. Em 1938, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) transformou-se no Departamento Nacional de Cultura (DNC), que se organizou no dia 27 de dezembro de 1939 e instaurou o DIP, comandado por Lourival Fontes. O DIP contava com as seguintes divisões: radiodifusão, cinema e teatro, imprensa, serviços auxiliares, turismo e divulgação.

No exercício de suas atribuições, o DIP era o órgão responsável por vigiar as manifestações da cultura popular, classificar, definir e centralizar a publicidade e a propaganda externa e interna dos meios de comunicação, organizando manifestações cívicas e dirigindo a radiodifusão oficial do governo, bem como a censura em nível nacional. Desse modo, “o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) é genericamente referido como o responsável pela censura na Era Vargas” (LUCA, 2011, p. 136).

Assim sendo, o governo tentou evitar confrontos diretos com os intelectuais que não almejavam apoiar o regime, logo, procurou contornar os posicionamentos desses escritores no anseio de impedir que fosse feita uma oposição aberta ao governo, mesmo vigorando a censura, fortemente exercida pelo DIP. Para tal intento, criou a revista *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros, com o intuito de promover um discurso voltado para a constituição de uma ação política preocupada com a construção de uma nova ordem, engajada em enfatizar e propagar o “novo” conceito de governar, segundo

os moldes estadonovista.

Cultura Política: revista mensal de estudos brasileiros que circulou de março de 1941 a outubro de 1945, foi o periódico de maior força e durabilidade ao longo da ditadura Vargas, vendida nas principais bancas de jornal do país por um valor simbólico de Cr\$ 3,00, sendo que uma assinatura anual correspondia a Cr\$ 30,00. Todavia, o seu custo unitário ultrapassava a quantia de Cr\$10,00. Nesse sentido, fica atestado que a finalidade do periódico era divulgar o governo e os seus feitos culturais no país, sem a mínima intenção de lucrar com as suas publicações. Apenas uma parcela mínima desses exemplares era distribuída pelo DIP.

No decorrer de sua existência foram publicados cinquenta números com uma tiragem mensal de aproximadamente 3.000 exemplares, que contavam com aproximadamente 300 páginas, medindo 16 x 22,5 cm. A exceção ficou por conta dos três últimos números que, com o fim da Agência Nacional, reduziram as suas páginas para cento e poucas numa medida de 13,50 x 18,50 cm; todas as publicações da revista foram realizadas por Fernando Chinaglia S/A.

Inicialmente, *Cultura Política* utilizava uma linguagem formal e literária. Contudo, com o tempo e diante das suas transformações, permitiu-se o uso de uma linguagem mais coloquial, mais próxima dos temas inerentes à realidade cotidiana do período, como por exemplo, a entrada no Brasil na segunda guerra mundial.

Desde a sua fundação em março de 1941 até a sua extinção em outubro de 1945, a revista foi dirigida por Almir Bonfim de Andrade, a convite de Lourival Fontes, diretor do DIP. Almir de Andrade ficou à frente da revista durante as cinquenta edições que foram controladas pelo DIP e, mesmo com o fim do departamento, por sua própria iniciativa, ainda mais três números foram estampados em agosto, setembro e outubro de 1945, como informa Raul Antelo: “[...] Amparada pelo aparelho estatal, *Cultura Política* conseguiu publicar cinquenta números, aparecendo o último em maio de 1945. Dissolvida a Agência Nacional, Almir de Andrade consegue imprimir ainda mais três, em agosto, setembro e outubro desse ano” (ANTELO, 1984. p.11.)

Sobre a fase em que Almir de Andrade se dedicou ao governo Vargas e esteve à frente de *Cultura Política*, há no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), pertencente à Fundação Getúlio Vargas, um verbete que elucida muito bem as contribuições de Almir no plano político, social e cultural, enfatizando o seu desempenho propagandístico e à sua habilidade em agregar intelectuais não comprometidos com o regime, como Graciliano Ramos e Gilberto Freire:

Considerado um dos principais ideólogos do Estado Novo (1937-1945), ao lado de Francisco Campos, intelectual e político que ocupou a pasta da Justiça de 1937 a 1942, e de Antônio José Azevedo do Amaral, também em março de 1941, a convite de Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), fundou *Cultura Política*: revista mensal de estudos brasileiros, da qual foi diretor até outubro de 1945. Revista oficial do regime, publicada pelo DIP, *Cultura Política* teve como propósito definir e esclarecer os rumos das transformações ocorridas no Brasil durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas e congregou em seu quadro de colaboradores a elite intelectual do país, inclusive figuras não-comprometidas com o regime, como Graciliano Ramos, Gilberto Freire e Nelson Werneck Sodré. Através de artigos assinados e editoriais, Almir de Andrade buscou interpretar o Estado Novo, com base em um projeto ideológico eminentemente cultural. (VERBETE, 2020, on-line).

Contando com a direção de Almir de Andrade, a revista estampava normalmente, entre a terceira e a quinta páginas, informações referentes à localização da secretaria e da redação, que funcionavam na Rua da Misericórdia, no Palácio Tiradentes – 4 andar, Rio de Janeiro – Brasil.

Vale salientar que, na maioria das publicações, antes da enumeração das seções, havia um artigo escrito pelo diretor da revista que assinava no final dos escritos como A. de A. Em seguida, no sumário, apareciam seis seções fixas enumeradas, que perdurariam até agosto de 1942, na edição de número 18. Entretanto, alguns conflitos no DIP e o início da participação do Brasil na segunda guerra mundial obrigaram a revista a adequar as suas publicações aos novos rumos nacionais, a fim de alertar a população sobre os rumos da guerra. Com isso, muitas das temáticas abordadas pela revista, até aquele momento, foram mantidas, outras seções, por sua vez, foram agrupadas e outras foram extintas, dando lugar a novas seções.

Na capa, no topo da página, vinha estampado o ano e o número da revista, seguidos pelo título *Cultura Política* e seu subtítulo revista mensal de estudos brasileiros. No final da página, mencionava-se o mês e o ano, juntamente com o local de publicação, a cidade do Rio de Janeiro. Quanto ao título de *Cultura Política*, o próprio Almir de Andrade em “Política e Cultura”, texto introdutório da revista, comenta as relações existentes entre cultura e política, temas que seriam incessantemente discutidos ao longo da existência do periódico:

Cultura e política são [...] indissociáveis: toda política verdadeira e sadia deve ser uma expressão de cultura popular, assim como toda cultura verdadeira e fecunda deve ter um sentido político; deve conter uma aspiração de integrar-se na vida organizada que a política representa, com cristalização da ordem social. (ANDRADE, 1941, p.7)

Em relação ao subtítulo *revista mensal de estudos brasileiros*, podemos inferir que a revista tinha por objetivo explicar as transformações sociais e políticas do país como um todo, almejando integrar todas as regiões no novo contexto político com bases fixadas no plano nacional. Para tal intento, as publicações mensais realizavam os seus estudos nos mais variados setores da política e da cultura: economia, técnica, arte, literatura, ciências, música, rádio, educação, cinema, teatro etc.

A *Cultura Política*, conforme enuncia o seu subtítulo, configura-se uma revista de “estudos brasileiros”, cuja proposta é a de “definir” e “esclarecer” o rumo das transformações sociais e políticas do país. As realizações do governo nos mais diversos setores – política, economia, técnica, artes, letras, ciências – são registradas. A revista anuncia os seus propósitos de promover e estimular o debate sobre a problemática regional, desde que se circunscreva ao contexto nacional. (VELLOSO, 1982, p. 74-75).

Assim, pode-se dizer que a principal finalidade da revista era estudar, determinar e esclarecer as transformações sócio-econômicas que aconteciam no país. Ela, ainda, relatava as realizações e os feitos governamentais, e funcionava como um veículo de divulgação das publicações e feitos realizados por Getúlio Vargas e o Estado Novo: “*Cultura Política*, uma das

publicações promovidas pelo Estado Novo, ligada diretamente ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), apresentava como primeiro objetivo a divulgação das mudanças do país e as iniciativas governamentais” (PETERLE, 2010, p. 74).

Com o objetivo de divulgar as mudanças que aconteciam no país por meio das iniciativas governamentais, a revista precisou de um grande investimento financeiro. Por dispor de recursos vultosos, pagou a seus colaboradores o dobro do que era oferecido pelo mercado jornalístico da época. Assim sendo, o intuito do governo não era lucrar com as publicações e sim propagar os diversos estudos mensais realizados pela revista com o propósito de unificar a cultura e a política.

Desta forma, devido às suas qualidades editoriais, a sua extensão e ao grande investimento financeiro, conseguiu fazer jus à sua missão, ou seja, com coerência estampou em suas páginas particularidades culturais de várias áreas, de modo que conseguiu reunir uma grande quantidade de colaboradores de grande capacidade intelectual.

Coerentemente, para fundamentar o seu propósito de atuar em diversas áreas da cultura e da política, a revista precisou recrutar inúmeros colaboradores. A última seção, intitulada “Brasil social, intelectual e artístico”, contou com colaboradores renomados que escreviam sobre temas relacionados à arte e à cultura nas subseções dessa última seção. Exemplos notáveis são Marques Rebelo, em “Quadros e Costumes do Centro e do Sul”, Graciliano Ramos em “Quadros e Costumes do Nordeste”, Lúcio Cardoso em “Cinema”, Wilson Louzada em “Literatura de Ficção”, Guerreiro Ramos em “Literatura Latino-americana”, entre outros:

Detenhamo-nos [...] em algumas figuras que colaboraram na seção literária de publicação. Com rígida hierarquização, a revista cedia um espaço para cada um. Assim, o sexto capítulo da publicação – “Brasil social, intelectual e artístico” – abria-se invariavelmente com uma justificativa da influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil. A seguir, em “A evolução social”, ainda se discorria sobre a ordem política e a evolução social, para só então incluir as seções propriamente ditas: os “Quadros e costumes do Centro-Sul”, a cargo de Marques Rebelo, e os do Nordeste, escritos por Graciliano Ramos; a página de Basílio de Magalhães, “O povo brasileiro através do folclore”, e outras de recuperação e homenagem: “Intérpretes da vida social brasileira” a “Páginas do passado brasileiro”. Na segunda parte – “Evolução intelectual” –, apareciam rubricas de Wilson Louzada (“Literatura de ficção”), Prudente de Moraes Neto (“Literatura de idéias”), Hélio Viana (“Literatura e história”), Guerreiro Ramos (“Literatura latino-americana”), Rosário Fusco (“História literária do Brasil”), F. Venâncio Filho (“Educação”), Antônio Simões dos Reis (“Movimento bibliográfico”) e Carlos Pedrosa (“Bibliografia estrangeira sobre o Brasil”). No último item de “Evolução artística”, apareciam textos de Luís Heitor (música); Carlos Cavalcânti (artes plásticas); R. Magalhães Jr. (teatro); Lúcio Cardoso (cinema) e Martins Castelo (Marques Rebelo) (rádio) [...]. (ANTELO, 1984, p. 11-14)

Grande parte desses intelectuais, literatos, arquitetos, músicos e pintores, entre outros, foram reunidos durante o ministério de Gustavo Capanema, entre os anos de 1934 e 1945, nomeados como a constelação de Capanema. Logo, durante os quatro anos de existência, a revista conseguiu atingir as suas principais finalidades que eram, sem dúvida, auxiliar na construção

e consolidação do mito Vargas. Para tal fim contou com escritores empenhados em divulgar os estudos realizados em diversos setores da cultura e da política, de modo que muitos desses colaboradores, em seus escritos, criticaram a democracia da Primeira República com o intuito de fundamentar as propostas de construção de uma nova sociedade, que seria conduzida pelo regime instaurado em 1937, o Estado Novo.

A COLABORAÇÃO DE MARQUES REBELO EM *CULTURA POLÍTICA*

Ao analisar a revista *Cultura Política* convém ressaltar algumas considerações sobre a contribuição do escritor Marques Rebelo, que assumiu a autoria dos textos, nomeados pelos editores da revista como crônicas, para a seção “Quadros e costumes do Centro e do Sul”. Verificar a contribuição do autor é fundamental para a compreensão do processo de escrita adotado por ele e uma forma de analisar como os colaboradores do periódico se comportaram diante das estratégias adotadas pela revista *Cultura Política*.

Marques Rebelo escreveu um total de 23 crônicas para o periódico getulista, sendo que nos 18 primeiros números, estampou em todas as publicações, seguindo a praxe adotada pela revista de enumerar as crônicas e não intitulá-las. As crônicas constam da seguinte forma em *Cultura Política*:

- “Quadros e costumes do Centro e do Sul I” (ano 1, n.1, mar. 1941);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul II” (ano 1, n.2, abr. 1941);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul III” (ano 1, n.3, maio 1941);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul IV” (ano 1, n. 4, jun. 1941);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul V” (ano 1, n. 5, jul. 1941);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul VI” (ano 1, n. 6, ago. 1941);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul VII” (ano 1, n. 7, set. 1941);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul VIII” (ano 1, n. 8, out. 1941);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul IX” (ano 1, n. 9, nov. 1941);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul X” (ano 1, n. 10, dez. 1941);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul XI” (ano 2, n. 11, jan. 1942);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul XII” (ano 2, n. 12, fev. 1942);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul XIII” (ano 2, n. 13, marc. 1942);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul XIV” (ano 2, n. 14, abr. 1942);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul XV” (ano 2, n. 15, maio. 1942);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul XVI” (ano 2, n. 16, jun. 1942);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul XVII” (ano 2, n. 17, jul. 1942);
- “Quadros e costumes do Centro e do Sul XVIII” (ano 2, n. 18, ago. 1942);

Vale salientar que apesar de serem publicadas em uma sequência numérica não desenvolviam uma história contínua, eram narrativas fragmentadas sobre diversos costumes do país. Com as mudanças no perfil da revista, observa-se que “A partir do número 19, em setembro de 1942, quando há uma nova distribuição das seções na revista, englobam-se as colaborações de Graciliano e Rebelo, sob o título comum de Quadros e costumes regionais” (ANTELO, 1984, p.

61). Após fazer parte dessa nova seção colaborou com apenas cinco crônicas de maneira aleatória, duas em 1942 e três em 1943. Nesta seção as crônicas passaram a receber os seguintes títulos:

- Cataguazes (Minas Gerais), ano 2, n. 19, set. 1942;
- Trechos da suíte barbarensense, ano 2, n. 22, dez. 1942;
- Novos trechos da suíte barbarensense, ano 3, n. 24, fev. 1943;
- Fim de suíte, ano 3, n. 30, ago. 1943;
- Caderno de Viagens, ano 3, n. 33, out. 1943.

Diferentemente de postura adotada por Graciliano Ramos que adotava os acontecimentos no passado, o narrador das crônicas de Marques Rebelo trazia os fatos no momento contemporâneo. Noutras palavras, em momento algum ocultava que as temáticas discutidas em seus escritos pertenciam à época do governo do Estado Novo, inclusive, chegou citar abertamente em seus textos passagens que enalteciam a política adotada por Getúlio Vargas.

Na segunda crônica, publicada no segundo número da revista, Marques Rebelo fez uma citação ao Estado Novo e aos benefícios que esta nova maneira de governar trazia para o Brasil: “Quando foi proclamado o Estado Novo, o senhor juiz de direito [...] mandou chamar ao Foro os chefes políticos locais, que eram uns trinta. Em poucas palavras expôs-lhes a nova situação do Brasil. O regime não mais comportaria lutas partidárias” (REBELO, 1941, p. 243). Na mesma crônica, em um trecho anterior o narrador já havia feito elogios ao aspecto inovador adotado pela política do Estado Novo:

Em Januária também chegou, depois de 1937, o influxo renovador do Estado Novo: modificam-se os costumes locais, pelo desaparecimento das velhas figuras da política, pelo retorno dos que exploravam os campos, às fazendas, ao comércio, à clínica. Um novo ambiente de tranquilidade sem temores desce sobre Januária (REBELO, 1941, p. 242).

O efeito de simultaneidade dos acontecimentos narrados com o contexto histórico vigente se dá por meio de um narrador que viaja muito e conhece vários centros urbanos do país, principalmente na região interiorana, destacando as características pitorescas do lugar, de modo que este narrador conhece os espaços, fazendo menção à política que emergiu na atualidade, o Estado Novo.

Conforme destaca o nome da seção “Quadros e costumes do Centro e do Sul”, as crônicas focam tais espaços geográficos¹, com destaque para cidades de Minas Gerais, como Belo Horizonte, Montes Claros, Barbacena, Cataguazes e Itajubá, entre outras; o cronista privilegia, também, espaços do Rio de Janeiro e o Chapadão Goiano.

Ao ler as crônicas de Marques Rebelo para *Cultura Política*, o leitor logo percebe que o cronista valoriza o cotidiano e busca documentar como a política se fazia presente na vida das pessoas. Adotando esse viés, o cronista queria deixar claro que a política do Estado Novo atingia todos os brasileiros, em todas as regiões do país, num processo de unificação não somente

1 A partir da crônica número dois da seção “Quadros e costumes do Centro e do Sul” começou a ter ilustrações, como fotos legendadas e cartões postais, que situavam os lugares que o narrador percorria sob diversas óticas.

geográfico como também cultural, conforme aponta Thiago Mio Salla:

Tal exaltação da rotina levada pelos integrantes do núcleo familiar, a repetir-se, contínua e alegremente, todos os dias, dá ensejo à promoção de certo “*brazilian way of life*”, promovido pelo novo regime. Enquanto o pai trabalhava, a mãe administrava a casa, os filhos estudavam e o país prosperava. Como se sabe para a retórica estadonovista, a família constituía-se na base moral e material do homem brasileiro, além de uma célula política primária, e, portanto, merecia todo amparo e a atenção do governo. (SALLA, 2010, p. 440-441)

Nas crônicas que têm como cenário o interior do Brasil, normalmente, as citações ao governo do Estado Novo são diretas, enquanto as que possuem como espaço o Rio de Janeiro há citações indiretas aos benefícios trazidos pelo governo getulista.

Mesmo fazendo menção direta ao Estado Novo e à figura de Getúlio Vargas, seus textos contavam com notas do editor, que tentavam reforçar o ponto de vista do cronista. Portanto, nota do editor da crônica inaugural serve para legitimar os escritos do autor em relação a política adotada pelo governo:

Na sua crônica inaugural, descreve o autor a paisagem e a vida de uma das cidades mais expressivas do interior do Brasil central – Itajubá (Minas Gerais). É um pequeno pedaço do Brasil que encontramos nestas páginas. Do Brasil perdido na imensidade de si mesmo, seguindo o ritmo lento de sua história social. E é curioso ver-se, pelas palavras do autor, à certa altura de sua descrição, como a pequena cidade se sentiu, de uma hora para outra agitada pelo sopro renovador de um Brasil que ressurgia para os novos destinos, com a vitória revolucionária de 1930. Moderniza-se Itajubá, civiliza-se com a construção de prédios novos, laboratórios, obras de perfeição técnica, erguidas ali pela energia construtora do Governo. Um sopro de vida mais sadia percorre o interior brasileiro. Mas o Brasil é grande, imensamente grande; a rotina continua a espreguiçar-se com lentidão secular, porque os governos não operam milagres e a vida social brasileira tem que seguir a sua marcha natural. Se a nossa evolução política segue ritmo veloz de decênios, a nossa evolução social terá que seguir, inevitavelmente, um ritmo paciente de séculos. Porque os povos não improvisam os seus sistemas de vida: arrancam-nos de dentro de si mesmos. E se hoje vamos readquirindo a “posse de nós mesmos”, há que esperar muito deste influxo vitalizador; mas há que esperar com paciência, confiando tanto na obra do tempo como na dos homens. (CULTURA POLÍTICA, 1941, p.232).

Como se pode observar, as notas do editor serviram para confirmar as mensagens e reforçar o ponto de vista de Marques Rebelo em suas colaborações com *Cultura Política*.

Diferentemente de Graciliano Ramos, Marques Rebelo publicou em livro as crônicas que saíram em *Cultura Política* e fez várias alterações, inclusive excluindo trechos:

Como se sabe, o conjunto das crônicas escritas para a revista do DIP foi trabalhado por seu autor para uma edição em livro publicada em 1944 por Irmãos Pongetti com o título de *Cenas da vida brasileira: Suíte n. 1*. Em 1951, Marques Rebelo acrescenta uma segunda suíte à edição de *O Cruzeiro* e introduz modificações para a

terceira versão (Edições de Ouro, Rio de Janeiro, s.d. Introdução de Herberto Sales) (ANTELO, 1984, p.65).

Em suas reedições, o escritor de *Oscarina* demonstrou insatisfação com o que escreveu para revista e fez diversas mudanças. No primeiro volume da autobiografia *O espelho partido* intitulada *O trapicheiro* (1959), o autor tentou justificar a sua participação em *Cultura Política*, por meio de suas lembranças. Ele relembra fatos, utilizando pseudônimos para citar o nome das personalidades envolvidas, como Almir de Andrade que o convidou para participar do periódico getulista:

23 de Julho

Operoso Lauro Lago². Eis-me convidado para colaborar na *Cultura Política*.

Conto com você, não conto? – telefonou-me, trabalho a que antes se dera, explicando-me que os convites eram selecionados, porém ecléticos. (cultura é cultura!) truque sedição, mas frutífero – arregimenta os adversários e debilita os adversários.

Pensei em recusar, mas encabulei – Lauro Lago sempre me dispensou tal deferência, mostrou-se comigo sempre tão afável e cordial, quando sabia-o tão rústico, que não atinei como fazê-lo. Positivamente é uma das nossas fraquezas sentimentais a precariedade de convicções ante as investidas dos nossos amigos ou amistosos conhecidos. E a mais uma leve insistência, manhosamente na qual enumerou Venâncio Neves, Ribamar Lasotti e Gustavo Orlando³ como nomes já integrando o corpo de colaboradores, cedi imaginando a decepção de Gasparini, a mofa de José Nicácio:

- Sim, pode contar comigo.

- Então para o primeiro número! Daqui a um mês estará na rua.

- Farei o possível.

- Olhe você podia fazer uma seção permanente. Seria mais interessante. - Não tenho ideia agora qual poderia ser. Pense e me diga. Confio em você.

- Está bem. Vou pensar.

Os escrúpulos, porém, vieram e fico dando tratos à bola. - papagaio! Como poderei comparecer ao jornal estadonovista sem falar muito ou sem falar nada no Estado Novo? (REBELO, 1959, p. 412 - 413)

Marques Rebelo continuou a relatar em sua autobiografia particularidades de sua decisão em aceitar colaborar com *Cultura Política*. Como um dos pretextos para justificar a sua participação no periódico getulista, utilizou a imagem pública de Graciliano Ramos, ex- preso político durante o governo Vargas:

24 de julho

Procurei Pedro Morais, mas estava enfermo, retirara-se para o sítio de um parente em Itaipava. Explano minhas inquietações a Saulo, que me anima:

- Ganhe o seu dinheiro! Você precisa e eles pagam bem. Também fui convidado. Não como colaborador permanente. E também não me neguei. E não só eu aceitei. Quase todos que foram solicitados. O ínclito democrata Gustavo Orlando foi dos primeiros.

- Lauro Lago me disse.

² Lauro Lago é o pseudônimo de Almir de Andrade.

³ Gustavo Orlando foi o pseudônimo utilizado por Marques Rebelo para se referir a Graciliano Ramos.

- Pois é. Dos primeiros. Vai escrever umas vinhetas da vida nordestina. Sabe duma coisa? Porque você não faz também umas cenas da vida sulista? Ficaria engraçado. A ideia caiu em terra necessitada. (REBELO, 1959, p. 412)

É possível concluir que Marques Rebelo justificou sua participação na revista getulista pela amizade que nutria com Almir de Andrade e pelo fato de outros colaboradores terem aceitado o convite, inclusive Graciliano Ramos, pois, além da remuneração, *Cultura Política* trazia reconhecimento aos seus colaboradores, uma vez que reunia uma gama seleta dos mais influentes intelectuais daquela época. Todavia, embora o direcionamento político da revista pretendesse, com a presença de Graciliano, encarregado de mostrar a vida nordestina, e Marques Rebelo, representante do cotiadiano da região centro-sul, apresentar um conjunto de imagens idílicas dos costumes e comportamentos do brasileiro, diferente de Graciliano Ramos, Marques Rebelo discutia abertamente o regime, sem pesar nas palavras, contribuindo mais abertamente com a proposta da revista.

Referências

- ANTELO, Raul. *Literatura em revista*. São Paulo: Ática, 1984.
- ANDRADE, Almir de. Política e cultura. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n.2, abr. 1941.
- LACERDA, Aline Lopes de. Fotografia e propaganda política: Capanema e o projeto editorial Obra getuliana. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- LUCA, Tania. Leituras, *Projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- PETERLE, Patricia. Ignazio Silone e Graciliano Ramos, um olhar dialógico. In: PETERLE, Patricia (Org.). *Ignazio Silone: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Editora Comunità, 2010.
- REBELO, Marques. *Quadros e costumes do Centro e do Sul*. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, n.2. abr. 1941.
- REBELO, Marques. *Trapicheiro*. São Paulo: Livraria Martins, 1959.
- SALLA, Thiago Mio. *O fio da navalha: Graciliano Ramos e a Revista Cultura Política*. 2010. 721 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, USP, 2010. Disponível em: http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=64&Itemid=194&lang=pt-br. Acesso em 20 fev.2020.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar, 1982.
- VERBETE. Almir Andrade. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/>

BuscaConsultar.aspx. Acesso: 10/02/2020

RECEBIDO EM 04/05/2020 | APROVADO EM 30/05/2020

